

CADERNO DE ENCARGOS

Procedimento por Ajuste Direto para a aquisição de serviços combinados de vigilância e segurança humana, ligação à central de receção e monitorização de alarmes, intervenção e assistência técnica aos equipamentos da Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares

PARTE I

Cláusulas Jurídicas

Cláusula 1ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento por **Ajuste Direto** para a serviços combinados de Vigilância e Segurança Humana, Ligação à Central de Receção e Monitorização de Alarmes, Intervenção e Assistência Técnica aos Equipamentos da Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares.

Cláusula 2ª

Prazo

O contrato a celebrar é válido de 3 de fevereiro e 31 de julho de 2025, salvo cessação antecipada e sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

Cláusula 3ª

Preço base

O preço base do procedimento é de **22.100,00€ (vinte e dois mil e cem euros)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor na Região Autónoma da Madeira.

- b) Comunicar à EBPMA, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado com a entidade adquirente;
- c) Não alterar as condições de prestação de serviços fora dos casos previstos neste caderno de encargos;
- d) Não ceder a sua posição contratual;
- e) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
- f) Comunicar à EBPMA qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- g) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, licenças e registos necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato a celebrar.

Cláusula 6ª

Auditoria à prestação dos serviços

A EBPMA pode solicitar informações ou realizar auditorias com vista à monitorização da qualidade da prestação de serviços e cumprimento das obrigações legais pelo adjudicatário.

Cláusula 7ª

Segurança no trabalho

O adjudicatário obriga-se a cumprir e fazer cumprir pelo seu pessoal de segurança e demais empregados ou representantes as normas e regulamentos de segurança no trabalho de acordo com a legislação em vigor.

Cláusula 8ª

Conformidade dos Serviços

O adjudicatário obriga-se a garantir que, na prestação dos serviços, todos os intervenientes/executantes possuam as qualificações necessárias para o desempenho das funções definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 12ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela EBPMA são pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva e enviada via plataforma eletrónica. Na fatura deverá constar o respetivo número de compromisso.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após cada mês de prestação e aceitação dos serviços do contrato.
3. Em caso de discordância quanto aos valores indicados na fatura, deve a EBPMA comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitida e aceite, a fatura é paga através de transferência bancária.

Cláusula 13ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a EBPMA poderá exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária cujo montante, a fixar em função da gravidade do incumprimento, pode atingir os 2% do valor contratual.
2. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a EBPMA, decida não proceder à resolução do contrato por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 5%.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a EBPMA, tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
4. A EBPMA, pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a EBPMA, exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 15ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
2. A responsabilidade pela prestação dos serviços incluídos no contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do adjudicatário e só dele, não reconhecendo a entidade adjudicante, senão para os efeitos indicados expressamente na lei, a existência de quaisquer subadjudicatários ou terceiros que trabalhem por conta ou em combinação com o adjudicatário.

Cláusula 16ª

Seguros

1. O prestador de serviços obriga-se a efetuar o seguro do seu pessoal empregue nos serviços do presente caderno de encargos.
2. As apólices de seguros cobrirão acidentes de trabalho e doenças profissionais, constando delas uma cláusula pela qual a entidade seguradora se compromete a mantê-las válidas até à conclusão dos trabalhos e ainda que, em caso de impossibilidade de tal cumprir por denegação no decurso do prazo, a sua validade só terminará trinta dias após comunicado à EBPMA que esta tenha denunciado.
3. Os encargos referentes aos seguros impostos por este caderno de encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão da conta do prestador de serviços.
4. A EBPMA pode, sempre que entender convenientes, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos nos números anteriores, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de 15 dias.

Cláusula 17ª

Danos materiais

O prestador de serviços assumirá toda a responsabilidade pelos danos materiais e/ou pessoais imputáveis ao seu pessoal, durante e/ou em consequência da execução dos serviços contratados.

Cláusula 22ª

Serviços a prestar

1) Vigilância – Prestação de serviços de 105 dias, durante o período de vigência do contrato

O posto de vigilância objeto do presente procedimento, bem como as suas características, em termos do posto, periodicidade e horário da prestação de serviços é o seguinte:

Posto de Vigilâncias			
Edifício	Serviço	Local	Horário
Sede Ribeira Brava	Segurança e Vigilância	Portão Principal	De forma ininterrupta entre as 07:00 - 24:00

Os dias de serviço são os definidos pelo Calendário Escolar e ainda os dias a estipular para outras atividades no contexto escolar, num **total estimado de 105 dias** e no período vigência do contrato.

2) Rondas – Prestação de serviços todos os dias durante a vigência do contrato

Inspeção periódica realizada pelo(s) vigilante(s) de uma instalação às áreas sujeitas à sua vigilância, com o propósito de prevenir acidentes e/ou incidentes, registando esta atividade através de meios mecânicos ou eletrónicos de controlo e efetuando o relatório das anomalias encontradas.

Rondas Noturnas			
Edifício	Serviço	Local	Horário
Sede Ribeira Brava	Rondas Noturnas	Exterior e Interior do Edifício	Horário Aleatório entre as 00:00 - 06:00
Pólo Campanário	Rondas Noturnas	Exterior e Interior do Edifício	Horário Aleatório entre as 00:00 - 06:00

3) Ligação à Central de Receção Monitorização de Alarmes - Prestação de serviços todos os dias durante a vigência do contrato

É da responsabilidade do adjudicatário o fornecimento de todos os equipamentos e serviços de configuração que sejam necessários à ligação dos sistemas de vigilância e segurança existentes em ambos os edifícios, à sua central de alarmes.

j) Antes do encerramento, realizar rondas de serviço no exterior de instalações de modo a verificar estado de encerramento de portas e janelas exteriores e prevenir a presença de intrusos ou pessoas não autorizadas.

2) Rondas

Nas rondas, existe a obrigação de pelo menos assegurar as seguintes tarefas:

a) Deverá ser realizada uma ronda ao exterior e interior dos edifícios da EBSPMA, todas as noites do ano, em horário aleatório com registo diário da ronda, com as seguintes características:

i) Verificar o estado de encerramento de portas e janelas, fechando-as quando se encontrarem inadvertidamente abertas ou encostadas;

ii) Detetar e prevenir a presença de intrusos ou pessoas não autorizadas;

iii) Apagar as luzes desnecessárias;

iiii) Ligar e/ou desligar os quadros elétricos ou ativar e/ou desativar máquinas ou outros equipamentos (ex: aparelhos de ar condicionado, fotocopiadoras, computadores, etc.) de acordo com as instruções recebidas.

3) Serviços de ligação à central de receção e monitorização de alarmes de incêndio e de intrusão

O adjudicatário é responsável por:

a) Possuir equipamento e software de gestão de alarmes que execute os registos automáticos das horas de receção de alarmes bem como das horas de execução das chamadas telefónicas, com registo do número marcado;

b) Monitorizar os sistemas alarme de deteção de incêndio e intrusão das instalações e o bom funcionamento da ligação e respetivos equipamentos;

c) Garantir a prestação de serviços remotos de manutenção, manuseio e confirmação do bom funcionamento dos equipamentos;

d) Informar, por escrito, o responsável das instalações de quaisquer situações anómalas registadas;

e) Guardar as chaves das instalações;

4) Intervenção:

O adjudicatário é responsável por desencadear os seguintes procedimentos quando alarmes e/ou outros sinais são recebidos:

a) Cumprimento de horários - Colocação de pessoal afeto ao serviço em conformidade com os horários contratados;

b) Substituição de pessoal;

c) Não substituir pessoal sem aprovação prévia da entidade adquirente, salvo em casos de emergência;

d) Substituir qualquer elemento do seu pessoal, a pedido da entidade adquirente, no período máximo de 24 horas após a comunicação;

e) Cumprimento da periodicidade da frequência das visitas de inspeção às instalações do cliente para supervisão da prestação de serviços, que nunca poderá ser inferior a uma visita por cada período de 14 dias.

2) Serviços de ligação a central de receção e monitorização de alarmes:

a) O tempo admitido para a realização da chamada de retorno à EBSPMA nunca poderá ser superior a 60 segundos, após a receção do sinal de alarme na central;

b) O tempo de chegada do piquete de intervenção às instalações da EBSPMA nunca poderá exceder 30 minutos, após a receção do sinal de alarme na central.

Cláusula 25ª

Pessoal

1. O prestador de serviços obriga-se a afetar ao serviço pessoal de reconhecida idoneidade moral, aptidão física e adequada formação profissional devidamente credenciada.

2. O pessoal afeto terá que ter perfil adequado ao local onde irá prestar o serviço, devendo ainda possuir as seguintes características:

a) Pontualidade;

b) Assiduidade;

c) Boa apresentação;

d) Sentido de responsabilidade e empenho nas funções a desempenhar;

e) Capacidade de adotar os procedimentos adequados sempre que surjam situações anómalas;

f) Facilidade de comunicação;

g) Capacidade de aprendizagem para o manuseamento de equipamentos, designadamente extintores de incêndio e de outros meios de primeira intervenção no combate de incêndios.

c) Informação sobre incumprimentos relativos ao número de horas/recursos contratados e efetivamente prestados e respetiva justificação;

d) Tipo e quantidade de serviços prestados sem a qualidade requerida;

e) Sanções aplicadas e respetiva justificação.

b) Os relatórios definidos nos números anteriores devem ser enviados à entidade adquirente com uma periodicidade mensal, até ao dia 20 (vinte) do mês subsequente, preferencialmente em formato eletrónico.

A Presidente do Conselho Administrativo

